

TERRITÓRIO, AUTONOMIA, SOBERANIA E EXTRATIVISMO: PANORAMA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA BOLÍVIA DURANTE A PANDEMIA A PARTIR DOS CASOS DO TIPNIS, CHEPETE-EL BALA E DA EXTRAÇÃO DE LÍTIO

Territory, autonomy, sovereignty, and extractivism: an overview of socio-environmental conflicts in Bolivia during the pandemic through the cases of tipnis, chepete-el bala, and lithium extraction

Alyssa Trotte¹

Deborah Lopes²

Marília Closs³

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os conflitos socioambientais TIPNIS, Chepete-El Bala e da extração de lítio na Bolívia durante o período de pandemia da Covid-19, tendo como recorte temporal abril de 2020 a abril de 2022. Para mapear os conflitos, orientamo-nos pelas seguintes perguntas: i) Quais foram os atores envolvidos nos conflitos? ii) Quais demandas por eles pautadas? e iii) Como essas demandas foram reivindicadas na pandemia? Em termos metodológicos, utilizamos fontes secundárias (jornais e meios de comunicação alternativos) e mapeamento das redes sociais dos movimentos envolvidos nos casos estudados. À luz da discussão contemporânea sobre extrativismo e neoextrativismo na América Latina, concluímos que, durante a pandemia, há uma manutenção nos padrões de relação Estado-recursos naturais por parte do governo, inalterados inclusive com as transições de governo entre 2020 e 2021. Verifica-se, no entanto, que dentro das mesmas gramáticas de autonomia e luta pelos territórios há um novo repertório de ação sendo criado, com transformações nas formas de reivindicação por parte dos atores sociais.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais; Extrativismo; Movimentos sociais; TIPNIS; Chepete-El Bala; Lítio.

Abstract

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ). Pesquisadora no Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL/IESP-UERJ) e do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). E-mail: trotte.alyssa@posgraduacao.uerj.br

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ). Pesquisadora no Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL/IESP-UERJ) e do Laboratório de Imigração da Uerj (Labimi/UERJ). E-mail: deborahmslopes@gmail.com.

³ Pesquisadora da Plataforma CIPÓ. Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). E-mail: mariliacloss@gmail.com

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

This paper seeks to analyze socio-environmental conflicts, namely TIPNIS, Chepete-El Bala and that involving lithium mining in Bolivia during the pandemic of Covid-19, within the time frame between April 2020 and April 2022. The following questions guided the conflicts' mapping: i) Who were the actors involved in the conflicts?, ii) What demands did they put forward?, and iii) How were these demands claimed in the pandemic? In methodological terms, we used secondary sources (newspapers and alternative media) and mapped the social networks of the movements involved in the cases. In light of the contemporary discussion on extractivism and neoextractivism in Latin America, we conclude that during the pandemic the government keeps the patterns of State-natural resources relationship unchanged even after government transitions between 2020 and 2021. We conclude, however, that within the same grammars of autonomy and struggle for territories a new repertoire of action is created, with a transformation in the forms of claim by social actors.

Keywords: Socio-environmental conflicts; extractivism; Social movements; TIPNIS; Chepete-El Bala; Lithium.

Introdução

A primeira década do século XXI converteu-se em um momento sem precedentes na história boliviana. Marcado pelo grande acúmulo de lutas e de esperanças alternativas para o futuro, o protagonismo popular, coluna vertebral deste processo, encontrou espaço na Bolívia: havia chegado o “governo dos movimentos sociais” (SANTOS, 2018, p. 235). Entretanto, profundas contradições dos governos do *Movimento al Socialismo* (MAS), partido de Evo Morales e de Luis Arce, atual presidente, logo apareceriam. Ao mesmo tempo que pautavam a plurinacionalidade, uma sociedade construída nas bases do *buen vivir* e da *pachamama*, contraditoriamente aprofundaram o neoextrativismo, intensificaram a aproximação entre o governo e o agronegócio, investindo em megaprojetos em áreas de preservação.

Frente a esta conjuntura crítica, permeada pelos ventos instáveis que movem o país desde 2016, ano marcado pelo plebiscito geral que levava como tema a possibilidade da reeleição de Morales a um quarto mandato e o subsequente golpe de novembro 2019, com a usurpação do cargo da presidência por Jeanine Añez, o país é mais uma vez abalado com a chegada da pandemia da Covid-19. Enfrentando um período politicamente instável, o governo transitório de Añez transformou orientações protocolares da Organização Mundial da Saúde em confrontos políticos, permeados por violência estatal e autoritarismo. No entanto, quando o MAS retorna ao poder, com a eleição de Arce, há continuidade de projetos incoerentes, sobretudo no

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs
que tange à pauta socioambiental, com novos conflitos e convulsões sociais (CLOSS, 2021).

Este artigo se debruça sobre as mobilizações socioambientais na Bolívia dentro do recorte temporal da pandemia de Covid-19 (abril de 2020 a abril de 2022) e é orientado pelas seguintes perguntas: i) Quais foram os atores envolvidos nos conflitos? ii) Quais são as demandas por eles pautadas? e iii) Como essas demandas foram reivindicadas na pandemia? O artigo segue a metodologia de monitoramento das redes e mídias alternativas desenvolvida pelo Observatório de Movimentos Sociais da América Latina, grupo que faz parte do Núcleo de Estudo de Teoria Social e América Latina (NETSAL),⁴ cujos principais resultados estão disponíveis no Comunica América Latina.⁵

O texto é organizado em seis seções, incluindo a introdução e a conclusão. Na primeira seção, traçamos um breve panorama histórico dos conflitos socioambientais na Bolívia. Na segunda, terceira e quarta seções nos debruçamos sobre os conflitos socioambientais que identificamos, com base no monitoramento do Comunica América Latina, como alguns dos mais importantes dentro do recorte temporal proposto, sendo eles: o confronto ao redor do Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), o conflito da construção das megarepresas de Chepete-El Bala e a questão do extrativismo do lítio.

Conflitos socioambientais na Bolívia: uma breve introdução

Discutir conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia demanda retornar a alguns elementos de décadas anteriores. Trata-se de um país atravessado estruturalmente por conflitos socioambientais, seja por sua matriz econômica e política intimamente ligada ao extrativismo desde os tempos coloniais, seja por ser um país megabiodiverso, mas também pelo posicionamento nesse assunto por parte do MAS, partido que, salvo a interrupção de alguns meses entre 2019 e 2020, está no poder desde 2006. Por se tratar de um partido de esquerda forjado e eleito a partir de um

⁴ Mais informações disponíveis em: <http://netsal.iesp.uerj.br/>. Acesso em mar. 2023.

⁵ O Comunica América Latina é uma publicação trimestral, realizada de julho de 2020 a fevereiro de 2022, que teve como objetivo mapear as mobilizações sociais de diferentes países da América Latina. Mais informações sobre os Comunica América Latina disponíveis em: <http://netsal.iesp.uerj.br/publicacoes/comunica/>. Acesso em mar. 2023.

programa político que propunha uma relação não predatória com a natureza, havia a expectativa de desmonte de políticas extrativistas. No entanto, o que vem ocorrendo, sobretudo a partir de 2011, é justamente o oposto.

Neste texto, partimos da discussão sobre extrativismo como tem sido amplamente discutido na literatura latino-americana sobre ecologia política, pois entendemos que os conflitos socioambientais na América Latina estão intimamente conectados com o extrativismo como forma de política econômica e social. Contudo, o conceito passou por transformações ao longo do tempo, alterando-se conforme o contexto regional e as dinâmicas globais. Svampa (2019) diferencia o extrativismo tradicional, que os governos mais conservadores replicaram na região, do neoextrativismo, o qual seria um novo tipo de extrativismo, ligado aos governos progressistas e no qual o Estado desempenha um papel mais ativo na captação e na redistribuição dos excedentes, de modo a garantir um certo nível de legitimação social, ainda que com os mesmos impactos sociais e ambientais negativos.

O extrativismo é acompanhado por múltiplas formas de desapropriação: apoia-se em formas diretas e indiretas de cercamento, ou seja, de separação das populações afetadas de seus meios de vida, formas estas historicamente associadas a processos de pauperização, de criação de “populações excedentes” de desarticulação de modos de vida pré-existentes (RADHUBER; CHÁVEZ; ANDREUCCI, 2021). Na prática, elas reduzem a viabilidade de economias originárias, ancestrais ou comunitárias centradas na agricultura, pesca ou pecuária de subsistência (SVAMPA, 2019). Radhuber e colaboradores (2021) descrevem que o extrativismo tem práticas e estratégias próprias – e o ator central pode ser tanto o Estado quanto as empresas, sejam elas nacionais ou transnacionais. Estas estratégias podem ser tanto de uso direto da força – a violência militar, policial, paramilitar ou privada – ou podem ser práticas mais sutis e indiretas, como a manipulação ou a persuasão política. Estas últimas são intervenções de diferentes naturezas que têm como objetivo desmontar e impedir processos de resistência. Assim, o extrativismo opera com o objetivo de produzir desarticulação política e perda de capacidade de decisão e gestão nas comunidades por parte delas próprias (RADHUBER et al., 2021).

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

O extrativismo, em suas diversas formas, atravessa a história da Bolívia. Desde o Estado colonial, há o estabelecimento da centralidade da lógica primário-exportadora na economia boliviana, sobretudo por meio da extração de minérios, com a violenta expropriação de terras comunais. A revolução nacional de 1952, encabeçada pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), garantiu, entre diversas coisas, o fim do regime de servidão, o sufrágio universal e a ampliação da educação básica no país. No entanto, a atividade mineira, sobretudo nas terras altas e destinada à exportação, passou a ter um papel econômico e político central e, com isso, passou a ser a principal fonte de renda do Estado.

No final da década de 1980, com o neoliberalismo precoce da Bolívia, estes processos se aprofundaram. A partir de 1985, sob o governo de Víctor Paz Estenssoro, desmontavam-se as estruturas do Estado estabelecido na revolução. Com o desmonte das estruturas trabalhista e sindical dos centros mineiros estatais, base da economia boliviana, começou um ciclo de reformas neoliberais com ajustes fiscais, privatizações massivas e desregulamentação dos mercados. Ao mesmo tempo, as fazendas de gado da região oriental ganharam mais força e a agroindústria, sobretudo de soja, consolidou-se como uma potência econômica dos departamentos da Meia Lua⁶, em um momento de aprofundamento da desigualdade. No entanto, algumas mudanças significativas devem ser apontadas. Logo a mineração deixou de ser a atividade econômica central do Estado, sobretudo após a privatização das minas e de grande parte dos recursos naturais, enquanto a extração de hidrocarbonetos, com notável destaque para o gás natural, foi tomando seu lugar.

Por isso, ao ser eleito, em 2005, Evo Morales foi eleito trazia consigo um programa político apoiado por um conjunto de movimentos sociais e populares – o qual teve no Pacto de Unidade⁷ sua principal materialização – cujas principais reivindicações eram ligadas a uma repactuação da relação entre o Estado e os recursos naturais (ALTO, 2007) a partir de uma lógica

⁶ A chamada Meia Lua é composta pelos departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija.

⁷ Composto por: Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Consejo de Ayllus y Markas del Qollasuyo (CONAMAQ), La Confederación Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarias de Bolivia (CSCIB) e Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia Bartolina Sisa (CNMCIQB - BS).

antineoliberal. Na esteira do crescimento dos movimentos sociais que questionavam as condições precárias em que as reformas baseadas no Consenso de Washington deixaram o país, a nacionalização do gás natural passou a ser o mote para qualquer grupo político que intentasse ganhar o apoio político das camadas populares. As Guerras da Água e do Gás, momentos chave no ciclo de protesto antineoliberal do final dos anos 1990 e início dos 2000, foram fundamentais na consolidação do ciclo de lutas, por colocarem os recursos naturais e a soberania nacional no centro da agenda. Com isso, a plurinacionalidade, positivada na Constituição Política aprovada em 2009, e a nacionalização de recursos naturais, sobretudo os hidrocarbonetos, positivada na lei aprovada em 2006, foram alguns dos elementos principais do primeiro governo de Morales.

Há diversas construções conceituais na constituição boliviana que criaram a expectativa de que o governo do MAS seria baseado em uma relação não predatória com a natureza. A formulação do ator “indígena originário campesino”, inserida inclusive na Constituição, deu uma nova dimensão política para as populações indígenas da Bolívia – ainda que, poucos anos depois, ficasse clara a assimetria de poder entre as diversas nações e comunidades no país. Os direitos da natureza – ou da *pachamama* – também constaram na Constituição, o que cria expectativas de implementação de políticas mais ecologicamente justas. No entanto, se em um primeiro momento a tendência de diminuição do extrativismo como projeto político pareceu se realizar, logo isso seria revertido. O próprio *proceso de cambio* promovido pelo MAS desde seu início já partia de um novo ciclo de expansão e aprofundamento do extrativismo e da desapropriação, sobretudo em regiões da Amazônia e do Chaco boliviano.

Sob esta configuração política, o Estado se sustentou a partir da denominada “renda petroleira” e desenvolveu uma onda homogeneizadora e modernizante, trazendo riscos de desaparecimento de comunidades indígenas e de ruptura de ecossistemas regionais e locais (RADHUBER et al., 2021, p. 210, tradução nossa).

O ano de 2011 seria um prenúncio do que estava por vir, pois tem início um dos principais conflitos socioambientais na Bolívia, que se estende até hoje e que contém dentro de si diversas das contradições políticas do país:

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

a construção de uma estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, proposta em 2011 pelo governo. No entanto, o tramo II da estrada passaria pelo Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), o que significaria necessariamente o desmantelamento das comunidades locais. Para Santos (2018), o conflito socioambiental ao redor do TIPNIS condensa em si diversas das contradições dos governos do MAS, como será discutido na seção seguinte.

Este processo passou a se dar com mais força a partir de 2014, com o início do terceiro mandato de Evo Morales – o segundo após a aprovação da nova constituição. Para Santos (2018), com o estancamento na produção de hidrocarbonetos, que já vinha ocorrendo há alguns anos, o Estado foi forçado a buscar novas formas de entrada de recursos, o que se deu majoritariamente com a intensificação de exportação de gás, minérios e produtos da agroindústria. Com isso, há o que ele chama de progressivo rebaixamento dos requisitos socioambientais para a expansão desses setores econômicos.

Assim, o que se vê é a consolidação de um novo padrão. A Bolívia, rica em recursos naturais, é marcada pela consolidação de uma nova forma de apropriação da natureza em grande escala e de um modo de acumulação caracterizado pela exportação de matérias-primas, especialização interna e dependência externa. Por isso, neste texto consideramos os governos do MAS como neoextrativistas, pois, mesmo com a nacionalização de alguns recursos naturais considerados estratégicos pelo governo, os danos e conflitos socioambientais não foram sanados. O extrativismo passou a ser associado, para além dos saques e vantagens comparativas, com a ilusão de desenvolvimento trazida pelo auge das *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado (BRAND; WISSEN, 2021).

Para Radhuber e colaboradores (2021), há a partir de então cinco elementos centrais que condicionam os conflitos socioambientais no país: a ampliação e aprofundamento de atividades de exploração de hidrocarbonetos em territórios indígenas e áreas protegidas; a construção de megaprojetos rodoviários; projetos de exploração mineira que privilegiam atores privados; a execução de megaprojetos hidrelétricos; e a aprovação de diversas leis que favorecem a agroindústria e o agronegócio.

Esta nova fase se intensificou, também, com a flexibilização de diversas normas e legislações ambientais. Depois de três decretos, passou-se a permitir, por exemplo, a realização de atividades petrolíferas em áreas protegidas. Em 2014, o governo decretou a Lei de Minerais e Metalurgia, autorizando a exploração em áreas protegidas e glaciares, fontes críticas para o fornecimento de água no altiplano (SANTOS, 2018, p. 247). Em seguida, com o Decreto 2366 (2015), foi autorizada a exploração de hidrocarbonetos em outras oito áreas protegidas. Além disso, o direito de consulta prévia, que consta na lei de hidrocarbonetos de 2005 e que garante a obrigação de consentimento livre, prévio e informado, passou a ser sistematicamente flexibilizado – e, no caso do TIPNIS, como será apresentado abaixo, foi amplamente distorcido.

Após o golpe de Estado de 2019, encabeçado pelo campo político da extrema direita, pode-se ver que há uma manutenção desse perfil de conflito socioambiental, como será discutido nas seções seguintes. De acordo com Praeli (2021), desde então nota-se que há alguns tipos de conflitos socioambientais principais no cenário político boliviano: para além da manutenção da expansão agrícola, da mineração predatória e das obras de infraestrutura, ganham ainda mais importância os incêndios florestais e as secas. Os incêndios florestais estão entre os conflitos socioambientais mais relevantes da Bolívia hoje, não apenas porque contam com múltiplos atores sociais – como comunidades indígenas, grandes proprietários de terra e atores protagonistas da “colonização cocallera”, que será discutida abaixo, mas também porque estão intimamente conectados a questões fundiárias. De acordo com a *Fundación Amigos de la Naturaleza* (FAN), houve uma média de quatro milhões de hectares queimados por ano entre 2001 e 2019 na Bolívia. O ano de 2019 foi especialmente dramático não apenas pelo alto número de hectares queimados, mas também pelos impactos políticos, sociais e ambientais do *chaqueo*, queima da mata nativa para abertura de terrenos para produção agrícola, na região da Chiquitania (NICODEMOS; CLOSS, 2019).

Sierra Praeli (2021) aponta que a principal questão é a falta de legislação apropriada que garanta uma relação não predatória com a natureza: desde os *perdonazos*, há a consolidação do que tem sido chamado de “leis e

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

normas incendiárias”, ou seja “aquelas emitidas durante os governos de Morales e Ñez que promovem o avanço da fronteira agrícola e autorizam os incêndios controlados” (PRAELI, 2021, s/p, tradução nossa). Diversas lideranças socioambientais avaliam que a legislação tem sido permissiva e tem reduzido a condição de proteção de áreas que deveriam ser legalmente protegidas (PRAELI, 2021).

Outro tema que tem tido consequências graves em termos de impactos socioambientais é a mineração e seus megaprojetos. A mineração aluvial tem impactos em rios, sobretudo pelo despejo de mercúrio e outros minérios em localidades como os afluentes do rio Beni, sobretudo no *Parque Nacional Madidi*. Embarcações conhecidas como “dragões”, que extraem ouro aluvial, despejam resíduos e óleos que contaminam os rios e afetam as condições de sobrevivência e subsistência das comunidades ribeirinhas (GONZÁLES, 2020).

O que se vê, portanto, é não apenas a manutenção de um projeto extrativista, mas seu aprofundamento nos últimos anos. Há em curso um modelo de desenvolvimento que depende amplamente da extração e exploração de gás natural, de alto investimento em infraestrutura, sobretudo rodoviária, mas também hidrelétrica, centrada no escoamento de bens primários e desvinculada de qualquer projeto sustentável de vida digna e bem viver. Frente a isso, afloram os conflitos socioambientais.

TIPNIS: um conflito social, ambiental e racial em tempos de pandemia

TIPNIS: breve contextualização e sentidos políticos

O confronto ao redor do TIPNIS é, provavelmente, um dos mais complexos e importantes conflitos socioambientais da história política recente da Bolívia. Seus contornos fazem com que seja um confronto não apenas ambiental, mas intimamente conectado a questões indígenas. A região, que é simultaneamente uma reserva ambiental e um território indígena desde 1965, conta com cerca de duas mil famílias, em sua maioria indígenas de nações como Yucarés, Mojeños Trinitários e T’simanes, entre outras, e, na década de 1990, foi classificada como *Tierra Comunitaria de Origen* (DELGADO, 2017).

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

O parque, historicamente, tem sido alvo de ameaças e ataques, sobretudo por parte de setores ligados à agroindústria e à indústria extrativista florestal da elite do departamento de Beni. A partir dos anos 2000, o Estado passou a ser um ator central inserido no conflito social. Há, também, a notável expansão da produção de coca dentro do território do TIPNIS, sobretudo no chamado Polígono 7, região próxima a Villa Tunari, no departamento de Cochabamba. Por isso, foi estabelecida uma linha vermelha para separar o Polígono 7 e a *Tierra Comunitaria de Origen*. A partir de 2011, no entanto, intensificou-se a entrada de populações cocaleras no parque, ao mesmo tempo que se intensificou a extração ilegal de madeira.

Essas tendências demonstram a vulnerabilidade dos povos indígenas frente à perda gradual de território devido à persistência da colonização, que também se expressa nas difíceis relações entre os produtores de coca e os habitantes “originais” do TIPNIS. [...] As relações entre os povos indígenas das terras baixas e os produtores de coca têm sido afetadas em várias fases por disputas em torno do acesso à terra e da defesa do território (DELGADO, 2017, p. 378, tradução nossa).

Quando o governo lançou, em 2011, a proposta de construir uma estrada que ligasse a cidade de Villa Tunari, no departamento de Cochabamba, a Ignacio de Moxos, no departamento de Beni, a justificativa inicial foi de que havia a necessidade de conexão infraestrutural para levar recursos e desenvolvimento para o município no departamento de Beni, que é de difícil acesso em estações chuvosas (Delgado, 2017). Para além da estrada em si, para Santos (2018), havia motivações ligadas à possibilidade de prospecção de petróleo na região, além de motivações ligadas à expansão da produção de coca na região.

Vale notar que o projeto foi bem recebido pelos produtores de coca da região do Chapare, no departamento de Cochabamba, organizados ao redor das Seis Federações do Trópico de Cochabamba – organização sindical cocalera, de origem de Evo Morales e que, até hoje, é uma das principais bases de sustentação do MAS. O projeto, no entanto, encontrou ampla resistência por parte de diversos setores e movimentos sociais, mas especialmente de organizações e comunidades indígenas instaladas no parque e das terras baixas, com especial destaque para indígenas Mojeños, Yuracarés e

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

Chimanes. A Subcentral TIPNIS, fundada em 1987, passou a ter um papel fundamental nessa resistência. No dia 15 de agosto de 2011, teve início uma grande marcha indígena contra a estrada – a chamada oitava marcha indígena, que saiu da cidade de Trinidad, capital do departamento de Beni, e se dirigiu até La Paz, a capital política. O gatilho principal da marcha foi o início da construção da estrada sem a realização da consulta prévia com a população envolvida no processo. Em uma tradição que remonta a década de 1990 (Santos, 2018), sobretudo à luz da herança da Primeira Marcha pela Dignidade Indígena, organizada pela Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) em 1981, setores sociais passaram a organizar marchas, sobretudo indígenas, com povos das terras baixas, como Chiquitanos, Guarayos, Guaranis, Ayoreos e Yuracarés.

Uma vez mais, dimensões e demandas ligadas a terra e territorialidade, conjugadas à autonomia, estiveram no centro da agenda. Ou, nas palavras de Delgado (2017, p. 375, tradução nossa): [...] autonomia, autodeterminação e acesso ao território são elementos que não podem ser dissociados um do outro – ou da concentração de propriedade de terra.

No entanto, no dia 25 de setembro, na localidade de Chaparina, a marcha foi brutalmente reprimida pela polícia e, sobretudo, pelas Forças Armadas. Viu-se o uso repressivo excessivo – mordagens, gás lacrimogêneo – desmobilizar a marcha depois que o diálogo falhou (DELGADO, 2017). A queima de pneus impediu o embarque das lideranças presas em um aeroporto nas imediações. De acordo com Santos (2018), a dispersão da marcha contou com sequestros, com o desaparecimento de crianças e com ao menos três mortos. No entanto, os manifestantes foram recebidos por uma multidão em La Paz. Durante a marcha, setores como a *Central Obrera Boliviana* (COB), setores estudantis e inclusive setores ligados a lideranças à direita, de Santa Cruz e da Meia Lua, apoiaram os integrantes da marcha, com todas as suas contradições. A marcha teve impactos, também, dentro do próprio governo de Evo Morales, com a demissão de algumas pessoas importantes.

O resultado da repressão de Chaparina foi a Lei 180, que reduziu o estatuto do TIPNIS, proibindo a construção da estrada e de outros projetos que afetassem a população local. Ao mesmo tempo que a construção da

estrada foi momentaneamente interrompida, teve início um processo de intromissão e divisão das estruturas orgânicas indígenas. A utilização das forças de segurança não foi a única forma de resposta do governo às marchas: a fundação do Consejo de Indígenas del Sur (Conisur), por exemplo, teve entre outros objetivos influenciar no processo de luta na região em um momento em que a CIDOB já se fragmentava. Isso levou à fratura tanto de organizações locais do TIPNIS quanto da própria CIDOB, com a formação, por exemplo, da “CIDOB paralela” e com o fortalecimento do Conisur. Além disso, o governo passou a fundar outros espaços na região para aumentar sua presença, com destaque para a fundação do Quartel Ecológico Juan Maraza, com o objetivo de aumentar sua presença militar na região (SCHAVELZON, 2011).

Este momento é o marco da ruptura da CIDOB e do CONAMAQ, até então integrantes do Pacto de Unidade, com o governo. O Pacto de Unidade foi o principal ponto de apoio ao governo durante o processo constituinte (SCHAVELZON, 2011), quando Evo Morales enfrentou uma ferrenha oposição liderada pelos departamentos da chamada Meia Lua. Dentre diversos elementos já mencionados na seção anterior, que constam na Constituição aprovada em 2009, Schavelzon (2011) argumenta que o processo constituinte foi o encontro de camponeses e indígenas e que a construção política desse conceito – o indígena originário camponês – teve sua fundação simbólica com a articulação do Pacto de Unidade, construindo um espaço político absolutamente original. Daí a relevância do TIPNIS como conflito: trata-se de uma disputa sobre o próprio conceito de plurinacionalidade.

Trata-se de direitos ambientais e indígenas, mas também da coesão do sujeito chave na implementação do texto constitucional, o que põe em questão a própria definição do Estado Plurinacional em seu desenvolvimento fático pós-constituinte (SCHAVELZON, 2011, p.38, tradução nossa).

Como resposta a esse processo, a Lei 222, aprovada em fevereiro de 2012 e apoiada por setores próximos ao governo de Evo Morales, garantia a exigência da consulta prévia (esta, apoiada pelo Conisur). Em seguida, a consulta prévia foi levada adiante, mesmo com forte resistência por parte das comunidades indígenas, que organizaram a nona marcha indígena, com espírito político semelhante à anterior. A consulta foi objeto de diversas

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs
denúncias de irregularidades e, mesmo depois de encerrada, em novembro de 2012, rechaçada pelas comunidades do local.

Em agosto de 2017, durante o terceiro governo de Evo Morales, em uma sessão parlamentar bastante controversa, ocorre a aprovação da Lei 969 de *Protección, Desarrollo Integral y Sustentable del TIPNIS*, que, na prática, anulou a lei 180 de proteção ao território. Com isso, iniciou-se uma nova fase de confronto ante a perspectiva de construção da estrada. Logo isso teve resposta por parte das comunidades locais: no dia 25 de agosto foi organizado um *Encuentro de Corregidores* paralelo àquele promovido pelo governo (Radhuber *et al.*, 2021). De acordo com Radhuber e colaboradores (2021), as obras foram protegidas, nestes anos, por produtores de coca.

TIPNIS e a pandemia da Covid-19

Nesta seção, buscaremos responder às questões de pesquisa para o caso do TIPNIS, entre abril de 2020 e abril de 2022. Para isso, a principal metodologia utilizada foi o monitoramento de redes sociais, por meio do qual se avaliou todas as postagens do período selecionado das seguintes páginas da rede social Facebook: *Subcentral de Mujeres Indígenas de Tipnis*,⁸ *Contiocup*.⁹ Além disso, foram mapeadas reportagens de jornais de alguns dos meios de comunicação mais relevantes, com diferentes linhas editoriais, para questões socioambientais na Bolívia e na América Latina, como Mongabay, Los Tiempos e El Deber. Cabe destacar que nem todos os fenômenos analisados foram trazidos para esta seção na montagem da cronologia: após análise inicial, apenas acontecimentos considerados mais relevantes no confronto observado foram incluídos na descrição a seguir.

De saída, cabe resgatar que, como apresentado acima, até o início da pandemia os principais atores envolvidos na resistência contra a estrada eram a CIDOB e organizações indígenas das terras baixas, além da própria *Sub Central de Pueblos Indígenas* del TIPNIS. Ao longo dos anos, duas principais formas de reivindicação foram as marchas – com notável destaque para a oitava e para a nona marcha indígena –, que contam com ocupação de

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/people/Sub-Central-de-Mujeres-Ind%C3%ADgenas-del-Tipnis/100064089459876/>. Acesso em 20 mar. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/contiocup/>. Acesso em 20 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

estradas, e o fortalecimento de organismos regionais próprios, como a Subcentral de TIPNIS, destacando a exigência de garantia no território. Como apoiadores da construção da estrada, para além do próprio governo, está a Conisur e, mais amplamente, produtores de coca da região do Chapare, organizados nas Seis Federações do Trópico, diretamente ligados à ampliação de produção de coca no parque, principalmente no Polígono 7.

Durante o período selecionado para estudo neste texto, pode-se ver algumas mudanças importantes. Em junho de 2020, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos admitiu e abriu processo de violação de direitos humanos contra os povos indígenas do TIPNIS sob o argumento de que o Estado agiu sem consentimento da população local e pela repressão no episódio da Chaparina.¹⁰ Em agosto do mesmo ano, a demanda ao Tribunal Internacional da Natureza feita em 2017 finalmente teve resposta estabelecendo que ocorreu ecocídio na Bolívia e afirmando que Evo Morales e Jeanine Áñez eram culpados pelos incêndios florestais, muitos deles criminosos, em territórios da Amazônia, do Chaco e de outros biomas.¹¹ É notável a utilização de diálogo com organismos internacionais no conflito ao redor do TIPNIS, o que mantém uma tradição já comum na década anterior.

O principal confronto envolvendo o parque durante o período observado, no entanto, certamente foi com relação à disputa territorial com setores próximos ao MAS e aos produtores de coca do departamento de Cochabamba. Em 2020, já se anunciava o aumento da produção de coca dentro do parque, o que mostrava o aumento das tensões entre os produtores de coca do departamento de Cochabamba, politicamente alinhados ao Conisur e ao MAS, e as comunidades indígenas residentes da região. O avanço da produção de coca no parque indica, provavelmente, o avanço do *avasallamento* e da invasão ostensiva por parte de cocaleros (Aguilar, 2021). O principal conflito durante o período de pandemia no TIPNIS, contudo, deu-se ao redor da Subcentral.

¹⁰ Para mais informações acerca do episódio ver: <https://www.la-razon.com/nacional/2020/06/30/caso-tipnis-cidh-admite-y-abre-proceso-por-violacion-de-derechos-de-pueblos-indigenas/>. Acesso em 20 mar. 2023

¹¹ Mais informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/contiocap/posts/pfbid0bzT7ufLLP1GrjuunCZWCqCwrvtPYS3r1a9WRuvL7owKhUg7SLAdr6N7oVSraVbSTI>. Acesso em 20 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

Entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2020 na comunidade de Santa Maria de la Junta de TIPNIS, foi realizado o 35º encontro de corregedores e comunidades do TIPNIS.¹² O encontro foi iniciativa tanto da própria Subcentral do TIPNIS quanto da Subcentral de Mujeres Indígenas del TIPNIS. Dentre diversos objetivos do encontro, um deles era eleger uma nova diretoria para a Subcentral. O encontro elegeu Benigno Noza como presidente e Fermín Cayuba como vice. Além disso, foram eleitas direções para 15 das 25 comunidades do TIPNIS.¹³ Também estiveram presentes delegados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COICA), da Confederação Nacional de Mulheres Indígenas de Bolívia (CNAMIB) e da “CIDOB orgânica”. As principais discussões foram as ameaças ao parque, como projetos extrativistas de empresas transnacionais, a anulação da lei 180, da lei de uso do solo do departamento de Beni e da estrada como um todo.¹⁴

Em janeiro, no entanto, a nova direção encontrou resistência para que pudesse assumir. A nova direção acusou Domingo Nogales, eleito em 2016 para a direção no período que iria até 2020 e politicamente próximo ao Conisur e ao MAS, de não realizar as eleições no momento devido e de tentar impedir a posse da nova direção. De acordo com os dirigentes eleitos, Nogales não convocou a assembleia para a eleição quando deveria, o que fez com que outros dirigentes autoconvocassem o espaço para o pleito. Em seguida a isso, Nogales não teria entregado as chaves da sede para a nova direção, já que ele e a antiga direção não reconhecem a eleição como legítima, o que obrigou a Benigno Noza, Fermín Cayuba e demais dirigentes a ingressarem na oficina pelas portas traseiras.¹⁵ Além disso, a nova direção acusava que Nogales e outros dirigentes próximos ao Conisur tinham como objetivo anular o distrito

¹² Informações retiradas na página do Facebook da *Coordinadora Nacional de Defensa de los Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Prote.* Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0f8BMWdugRou2RJrWyFr2HCH4R6SWi7f9Xm5GaqJdm7SqZ3BcUwmMkTR1mR3L5pUl&id=101598971872509. Acesso em 20 mar. 2023.

¹³ A nova direção eleita conta com: Benigno Noza Semo (presidente), Fermín Cayuba (vice-presidente), Sara Noza, Mario Montecinos, María Cruz, Richard Gil, Jesús Chavez. Já a Subcentral de indígenas del Tipnis elegeu a Ruth Rocha Noza como presidenta e, como restante da direção: Margot Cayuba, Sabina Noza, Elsa Tamo, Justa Jou, Yolanda Rocha.

¹⁴ Informações retiradas na página do Facebook da Subcentral de Mulheres Indígenas do TIPNIS. Disponível em: <https://www.facebook.com/contiacap/posts/pfbid02iZGLquZCLJoJgGp21FNU6ExuuCQbLQZG5RmWkqJSO2fpc9GEhiqzOf3xOvr7GL4G1>. Acesso em 20 mar. 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210210/denuncian-ocupacion-sede-subcentral-del-tipnis-parte-conisur>. Acesso em 20 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs
eleitoral do TIPNIS para negociar seu próprio território, que é a Casa Grande dos Povos Mojeño Trinitario, Yuracaré y Chimán¹⁶ e, com isso, vincular o parque ao departamento de Cochabamba, e não mais de Beni.

A situação já vinha assim desde janeiro; já havia desconfiança anterior em relação a Nogales desde sua participação na Assembleia Plurinacional discutindo legislações potencialmente perigosas para o TIPNIS. No dia 10 de fevereiro, um grupo de dirigentes e militantes ligados ao Conisur ocupou a sede da Subcentral na cidade de Trinidad; além deles, estiveram no local policiais, que tentaram mediar a situação.¹⁷ Alguns dias antes, dirigentes do Conisur haviam tentado entrar com violência na oficina da sede. De acordo com Ruth Rocha, presidenta da Subcentral de Mulheres Indígenas do TIPNIS, os dirigentes simplesmente abriram as portas e ocuparam o local, enquanto a nova direção eleita se encontrava dentro da sede em estado de vigília.¹⁸ Após enfrentamentos e sob a mediação da polícia, ambos lados concordaram em sentar-se à mesa para o diálogo. No entanto, a nova direção da Subcentral aceitou dialogar exigindo das instâncias estatais, como o governo e o Servicio Nacional de Áreas Protegidas (Sernap), que respeitassem a autodeterminação dos povos.¹⁹

Ainda que a situação tenha sido relativamente resolvida com a mesa de diálogo, e Benigno Noza tenha conseguido ser devidamente empossado, o clima de tensão seguiu e segue até o presente. Exemplo disso são os confrontos físicos que aconteceram meses depois, em julho de 2021, na comunidade de Dulce Noviembre.²⁰ Vale notar o vocabulário utilizado nas reportagens citadas: há menções ao “retorno” do Conisur e menções à CIDOB “orgânica”.

¹⁶ Informações retiradas na página do Facebook da Subcentral de Mulheres Indígenas do TIPNIS. Disponível em:

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0KT3Saxgbtp6JuGRCaw6GZpZeCLxVLHeQJfcgeE5Bkh2kLxJUAV2HNL1ry8yt5M8Ml&id=101598971872509. Acesso em 20 mar. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210210/denuncian-ocupacion-sede-subcentral-del-tipnis-parte-conisur>. Acesso em 20 mar. 2023.

¹⁸ Disponível em: <https://erbol.com.bo/nacional/reaparece-el-conisur-y-reflota-el-conflicto-por-subcentral-del-tipnis>. Acesso em 25 mar. 2023.

¹⁹ Informações retiradas na página do Facebook da Subcentral de Mulheres Indígenas do TIPNIS. Disponível em:

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0KT3Saxgbtp6JuGRCaw6GZpZeCLxVLHeQJfcgeE5Bkh2kLxJUAV2HNL1ry8yt5M8Ml&id=101598971872509. Acesso em 31 mar. 2023.

²⁰ Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210720/denuncian-que-gente-conisur-agredio-indigenas-dirigentes-del-tipnis>. Acesso em 25 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

Outro elemento que está conectado ao conflito socioambiental e indígena do TIPNIS é a marcha indígena. No mesmo ano, alguns meses mais tarde, outro fato iria mobilizar os atores sociais envolvidos no conflito do TIPNIS. No dia 25 de agosto, saiu da cidade de Trinidad, em Beni, a XI Marcha Indígena, em direção à cidade de Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento de Santa Cruz. Em seu ponto mais denso, a marcha contou com mais de 700 caminhantes, sendo a maioria deles indígenas das *tierras bajas*, e durou cerca de dois meses. As principais pautas do ato foram a defesa das áreas protegidas, a luta contra os incêndios nos bosques da Amazônia e do Chaco e a memória da marcha indígena de 1990, que caminhou por território e dignidade e foi um dos momentos fundamentais da luta antineoliberal para construção de alianças entre diversos povos indígenas. Parte das demandas foram entregues a organismos internacionais,²¹ já que, de acordo com os integrantes da marcha, houve dificuldade de diálogo com o governo.²²

A bandeira com o *patuju*, símbolo das populações originárias das terras baixas, esteve presente ao longo de toda a marcha. Os caminhantes relembrou, também, a memória da repressão à marcha da Chaparina por parte do governo de Evo Morales, episódio que completou dez anos em setembro daquele ano²³ e que, poucos dias antes, teve avanços na justiça para a responsabilização de agentes públicos.²⁴ A Subcentral do TIPNIS enviou delegação para a marcha.²⁵ No entanto, a marcha não foi consenso entre a comunidade que habita o parque. Alguns setores demandaram encontro de

²¹ Disponível em: https://suscripciones.eldeber.com.bo/id/login?loginwall=true&continue=https%3A%2F%2Feldeber.com.bo%2F%2Fsanta-cruz%2Fmarcha-indigena-dan-un-nuevo-paso-y-acude-a-organismos-internacionales-pidiendo-garantias_248889. Acesso em 25 mar. 2023.

²² Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20211007/indigenas-se-quemo-tiempo-espera-al-gobierno-acudiremos-instancias>. Acesso em 25 mar. 2023.

²³ Disponível em: https://suscripciones.eldeber.com.bo/id/login?loginwall=true&continue=https%3A%2F%2Feldeber.com.bo%2F%2Fpais%2F%2Fla-marcha-indigena-recuerda-10-anos-de-la-represion-de-chaparina_248580. Acesso em 25 mar. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210817/caso-chaparina-fiscalia-deja-fuera-del-proceso-sacha-llorenti>. Acesso em 25 mar. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210828/indigenas-marcha-historica-1990-vuelven-defender-sus-territorios-esta-vez>. Acesso em 25 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs
corregedores para análise política sobre o ato para avaliar se não se tratava de tentativas de desestabilização do governo.²⁶

Em síntese, pode-se perceber que, durante a pandemia de Covid-19, os conflitos socioambientais ao redor do TIPNIS seguiram vivos. No entanto, ainda que questões ligadas à segurança sanitária no território tenham sido importantes, a pandemia em si não parece ter mudado os rumos do confronto, os atores nele envolvidos, as demandas estabelecidas e as práticas de reivindicação. Do mesmo modo, houve pouca diferença entre o conflito durante o governo ilegítimo de Jeanine Áñez e o governo de Luis Arce. No geral, os principais atores envolvidos foram, de um lado, a Subcentral dos Povos Indígenas em suas diversas ramificações e movimentos indígenas ligados às terras baixas da Bolívia, com notável destaque para o papel da Contiocup. De outro, o próprio governo e movimentos sociais aliados a ele, como o Conisur e movimentos ligados à produção de coca no departamento de Cochabamba. As marchas seguiram sendo um dos principais instrumentos de luta, mas vale mencionar que a disputa por uma instituição – a Subcentral – foi um dos elementos centrais.

Um último elemento deve ter destaque: a gramática²⁷ da luta, que acompanhou as reivindicações, seja junto à marcha, seja na disputa pela Subcentral, foi de defesa do território e de demanda por autodeterminação e soberania. O lema da Contiocup – lutar pelo território é lutar pela vida – parece sintetizar bem o sentido político das demandas dos povos do TIPNIS frente ao governo.

“Quieren enterrarnos sin saber que somos semilla”: Os megaprojetos Chepete-El Bala e a produção de (novos) repertórios de ação coletiva socioambientais na Bolívia pandêmica

Destarte as múltiplas contradições apresentadas nos governos do MAS, a constante escolha pela continuidade de execução das grandes obras em áreas protegidas tem tido consequências graves e impactos negativos para

²⁶ Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210905/interculturales-confrontan-marchistas-indigenas-tratan-impedir-su-paso>. Acesso em 25 mar. 2023.

²⁷ Neste texto, utilizamos o termo “gramática” conforme discutido por Nunes (2022), que o entende, no âmbito das discussões sobre movimentos sociais, como um conceito que passa por aspectos heurísticos, estratégicos e normativos – indo além de sua conceitualização no campo da linguística.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

as populações locais. Este é o caso dos dois megaprojetos sobre os quais nos debruçamos e que ganharam novos contornos a partir da conjuntura que se apresentou no ano de 2020.

O objetivo desta seção é abarcar os desdobramentos da tentativa de construção das hidrelétricas Chepete-El Bala na região das terras baixas da Bolívia e a produção de repertórios de ação coletiva²⁸ socioambientais pelas resistências locais, protagonizados por povos indígenas e comunidades tradicionais, dentro do recorte temporal da pandemia da Covid-19. Sendo assim, procuramos não apenas mapear as relações de confronto entre essas comunidades, povos originários e o Estado, mas suas reivindicações, entraves e estratégias frente aos governos bolivianos²⁹ e as especificidades de sua atuação nos tempos pandêmicos.

As tentativas de construção das hidrelétricas Chepete e El Bala estão presentes na história boliviana desde a década de 1950. Entre resgates e rechaços, o alto custo social e ambiental e sua inviabilidade econômica, o projeto tem interpelado relações de confronto entre o Estado e diferentes atores sociais. Delimitados por três principais afluentes em comum, sendo o principal deles o Rio Beni, apontado como um dos maiores rios da América do Sul, o projeto das megarrepresas está localizado no *Parque Nacional y Area Natural de Manejo Integrado Madidi*³⁰ e na *Reserva de La Biosfera y Tierra Comunitaria de Origen Pilon Lajas*³¹, ambos classificados como territórios protegidos. Esta região, além de abrigar índices significativos de biodiversidade, também se caracteriza como lar para povos originários e

²⁸ Neste texto, utilizamos o conceito de “repertório de ação coletiva”, discutido por Charles Tilly (2006), termo que, segundo ao autor, se refere ao conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha (TILLY, 2006).

²⁹ Para compreender os muitos contornos da conjuntura boliviana, faz-se necessário ter em mente a ruptura política planteada pelo golpe de Estado que imperou no país entre novembro de 2019 a novembro de 2020.

³⁰ É uma área protegida no oeste da Bolívia, que vai desde as montanhas sub-andinas até os pampas da Amazônia. Caracterizado por possuir um grande número de bacias hidrológicas, principalmente de nascentes, o PN-ANMI Madidi foi formalmente caracterizado como uma área de proteção através do Decreto Supremo (D.S.) n° 24.123 de 21 de setembro de 1995.

³¹ Em 1977, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceu a região de *Pilon Lajas* dentro da categoria de Reserva da Biosfera. Em abril de 1992, o Estado boliviano por meio do Decreto Supremo (D.S.) n° 23.110, criou a Reserva e, em 1997, foi denominada, por fim, de *Tierra Comunitaria de Origen*.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

O convulsão desse conflito ocorreu em 2016, quando movimentos sociais e representantes de 17 comunidades tradicionais decidem realizar uma vigília no local onde se daria a construção de Chepete-El Bala. A mobilização durou 12 dias e logrou expulsar a empresa Geodata e a Servicons, sua subsidiária, que haviam iniciado trabalhos e estudos no território sem o cumprimento de consulta de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Retratadas como subversivas e traidoras, as mobilizações passaram a ser criminalizadas pelo governo, que prosseguiu na sua empreitada cíclica – e problemática – de construção das hidrelétricas, declarando, na figura do então Ministro de Energia da Bolívia, Rafael Alarcón: “vamos construir este projeto, está na nossa agenda” (HORNER, 2017, n.p). Nessa conjuntura crítica, a atuação da *Mancomunidad de Comunidades de los Ríos Beni, Tuichi y Quiquibey* (MCI-RBTQ, 2023),³² fundada em 2001, é colocada como histórica na defesa dos territórios ancestrais e dos povos impactados pelo projeto Chepete-El Bala.

De forma essencialmente contraditória, durante o período do golpe em que Ñez esteve no poder na condição de “governo transitório”, a execução dos projetos Chepete-El Bala foi descartada pelo então Ministro de Energia, Rodrigo Guzmán, com a premissa de respeitar a vontade do povo, assegurar a proteção dos territórios originários e evitar danos ao meio ambiente (Indígenas de Chepete-El Bala, 2020). Entretanto, com a volta do MAS ao poder, com a eleição de Arce em outubro de 2020, as comunidades tradicionais e os povos originários se viram novamente na mira desses projetos. A retomada de Chepete-El Bala por Arce foi duramente criticada pela Contiicap. De acordo com Alex Villca, membro da organização, aceitar a continuidade da construção das megarrepresas é “desfazer-nos de nosso território, seríamos forçados a deixar nosso espaço [...] sem território não há povos indígenas [...] seria aceitar uma morte silenciosa” (TAMAYO, 2021).

A Contiicap e o MCI-RBTQ foram os principais movimentos atuantes no período da pandemia em relação à continuidade arbitrária de Chepete-El

³² Movimento composto pelas comunidades de São Miguel del Bala, Torewa, Asunción del Quiquibey, San José de Uchupiamonas, Real Beni, Charque, Villa Alcira, Carmen Florida, San Antonio del Seni, La Embocada, Gredal, Corte, Bisal, San Luis Chico, San Luis Grande, San Bernardo y Agua Clara.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

Bala, acompanhados pelo coletivo ecofeminista Salvaginas, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) e o Centro de Documentación e Información Bolivia (CEDIB). Em 2021, frente ao anúncio da Empresa Nacional de Energia (ENDE) de retomada do comissionamento do projeto, com a abertura de licitações para volta de estudos geológicos e geotécnicos, esses movimentos, atrelados às comunidades locais e aos povos originários, mobilizaram-se em completo rechaço com o objetivo de frear as investidas do governo Arce.

Historicamente, os repertórios relacionados a movimentos sociais na Bolívia englobam protestos, *paros* e manifestações. Entretanto, em um momento pandêmico, onde as possibilidades contestatórias encontram um limite relativo dentro do isolamento social, um novo panorama de ação passa a ser reiteradamente utilizado para aglutinar reivindicações: as redes sociais. Dentro de nosso monitoramento realizado pelo OMSAL, observamos que as redes sociais se tornaram um dos principais meios de difusão de notícias e documentos oficiais, rechaços, divulgação de assembleias, cartas abertas, promoção de webinários e de agitação política. Essa ocupação do espaço tecnológico, centralizado, neste caso em específico, no Facebook e Twitter, não atesta apenas os novos formatos de repertório que podem ser utilizados de forma estratégica por movimentos e organizações sociais, mas como essas articulações também promovem relações telúricas de solidariedade internacional.

Entre os anos de 2021 e 2022, desdobra-se a confluência de atuações em espaços públicos e nas redes sociais, uma constância que passa a integrar seu leque de repertórios: o ciberativismo. É através de seu *twitter* oficial que a Contiocap³³ anuncia a realização, em agosto de 2021, da Assembleia do Povo Indígena Tsiman Mosen, do departamento de Beni, que delibera sobre a ilegitimidade do acordo assinado pela ENDE, que autorizava a continuidade de estudos para construção de Chepete-El Bala. Também denunciaram, por meio de seu *facebook*,³⁴ junto a MCI-RBTQ, a invasão de técnicos da ENDE,

³³ Informações retiradas da página do Twitter da *Coordinadora Nacional de Defensa de los Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Prote* disponível em: <https://twitter.com/contiocap/status/1431734778211012614?s=20>. Acesso em 20 mar. 2023.

³⁴ Informações retiradas da página do Facebook da *Coordinadora Nacional de Defensa de los Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Prote* disponível em:

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs
em novembro de 2021, que adentraram os territórios sem consentimento e reiniciaram os trabalhos para construção das hidrelétricas (CLOSS, 2021), apontando a contradição dos discursos de Arce durante a COP-26, também realizada em novembro do mesmo ano.

Com a invasão da ENDE, alguns povos indígenas da região declararam estado de emergência (CLOSS, 2021). O temor da execução do projeto não está somente relacionado às ameaças à biodiversidade e o cerceamento dos afluentes Beni, Tuichi e Quiquibey, essenciais para a pesca de subsistência e do turismo comunitário realizado na região, mas ao deslocamento forçado de mais de 5.000 pessoas, em sua maioria indígenas (TAMAYO, 2021), colocando em risco de desaparecimento seis povos indígenas da região: Mosevenes, Tchimanés, Esse Ejjas, Lecos, Tacanas e Uchupiamonas.

Em 2021, a MCI-RBTQ divulga, por meio de suas redes, o “*Llamado a La Población Boliviana y Organismos Internacionales de Derechos Humanos, Sobre la ‘Puesta en Marcha y Construcción’ de Las Megarepresas Chepete y El Bala en Bolivia*”,³⁵ no qual sintetiza as principais demandas para o governo Morales: i) a realização do CLPI de maneira justa e de boa-fé, considerando não apenas grupos próximos ao MAS, respeitando todas as normas que a regem no direito internacional e doméstico; e ii) posicionamento honesto do governo boliviano em relação aos projetos, que até os dias atuais não divulgou o Estudo de Desenho Técnico de Pré-Investimento e o Estudo de Identificação das megarepresas (VINCENTI, 2021).

Ruth Alipaz, líder *uchupiamona*, indica que uma das preocupações dentro do contexto da pandemia girava em torno do governo boliviano e suas tentativas de estrangular financeiramente as comunidades, já que o turismo comunitário, principal atividade econômica da região, desapareceu com a pandemia. Assim, as possibilidades de suborno aumentariam de maneira exponencial frente a vulnerabilidade da região. De acordo com Alipaz:

[...] a pandemia apenas tornou visível a necessidade que os povos [indígenas] sempre experimentaram: [são] negligenciados, relegados, discriminados, e agora aprofundada pela pandemia. Estamos mais

<https://www.facebook.com/contiocap/posts/pfbid02s7RSbRCiLwxsVSMbtJ9qtn9NtAgjuX3iPkMyGoVhtXDpJzJbc3RqV9MqXvRELYv6l>. Acesso em 20 mar. 2023.

³⁵ Disponível em: <https://pbs.twimg.com/media/E9IHMs-WYAIzTIC?format=jpg&name=large>. Acesso em 23 mar. 2023.

Entre reuniões, assembleias e plenárias, as denúncias das comunidades tradicionais e dos povos originários foram ouvidas pela Assembleia Legislativa Plurinacional, que visitou a região em abril de 2022. Para resguardar não só o território, mas a presença ancestral dos povos da região, Ruth Alipaz aponta que algumas das estratégias traçadas na pandemia foram a promoção da união, respeitando as pluralidades, a manutenção da perseverança, denúncias em organismos e meios de comunicação internacionais, comunicação alternativa pelas suas próprias redes sociais, marchas e vigílias (LAREGIÓN, 2021). É em uma de suas múltiplas vigílias, realizadas no decorrer de 2017, que a consigna “*quieren enterrarnos sin saber que somos semilla*” vira destaque nas mídias e passa a ser amplamente utilizada (ACHTENBERG, 2017).

No Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, em Defesa dos Rios e da Vida, em março de 2022, a MCI-RBTQ apontou como as comunidades vivem em constante ameaça desde que o projeto Chepete-El Bala foi reintegrado ao plano de governo de Morales, e que segue no plano do atual governo. Na declaração oficial, exigem de Arce a anulação de planos e programas que aprofundam o neoextrativismo e ameaçam os povos indígenas e seus territórios, citando a construção das megarrpresas como centrais nessa demanda. Por fim, advertem: “*Dios siempre perdona, el hombre pocas veces, la naturaleza jamás*”.

Extrativismo e lítio em tempos de pandemia

Nesta seção serão discutidos elementos sobre o extrativismo e, mais especificamente, sobre a extração de lítio, de modo a enfatizar os conflitos por trás dessa disputa, principalmente durante o período pandêmico. Desse modo, cabe uma breve retomada sobre o conceito de extrativismo. Conforme salienta Svampa (2019), tal conceito tem que ser lido tendo-se em conta sua complexidade e múltiplos níveis de análise, bem como seus diferentes níveis de crises que atingem a sociedade contemporânea. De acordo com a autora, a guinada do extrativismo pode gerar crises à democracia e aos direitos

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

humanos; como percebemos, muitas ações são feitas sem o consentimento social e sem consulta à população diretamente impactada, além de carecerem de controle ambiental (SVAMPA, 2019).

Desse modo, os governos justificam o (neo)extrativismo como sendo o propulsor das divisas direcionadas à redistribuição de renda e outras políticas sociais, estimulando no imaginário da população que o extrativismo seria algo positivo para a economia e até para a sobrevivência das políticas públicas e sociais. Assim, seguindo à lógica desse conceito, somada às questões levantadas nas seções anteriores, o governo de Evo Morales não rompeu com esses padrões e envolveu-se em diversas contradições, principalmente socioambientais.

O país tem enormes reservas de diversos minerais, o que ressalta a relevância do setor, bem como de sua disputa. O peso desses minerais na balança comercial é significativo. De acordo com dados do Ministério da Economia e Finanças da Bolívia³⁶ e do Observatório da Complexidade Econômica³⁷, os principais minerais exportados em 2020 foram os fósseis, pedras preciosas e zinco, sendo tais recursos concentrados majoritariamente nos departamentos de Potosí, La Paz, Oruro, Santa Cruz e Beni. Tal dado reforça o argumento de que a base da economia do país se dá via setor primário, principalmente no extrativismo mineral, e reforça a dependência desse setor para continuar seu desenvolvimento.

De acordo com a Memória Econômica Boliviana de 2020 (BOLÍVIA, 2020, p. 77), esse setor foi o mais afetado frente à pandemia, com redução da produção de todos os minérios. Durante esse período, ocorreu a *XI Gran Marcha de Los Pueblos Indígenas de la Amazonía*, que objetivava chamar a atenção do governo para exigir respeito aos seus territórios, em razão das invasões e ocupações. Segundo os integrantes da marcha, o governo boliviano emitiu diversas normas que flexibilizaram atividades extrativistas em áreas protegidas e em territórios indígenas. Os peregrinos também denunciaram o

³⁶ Dados retirados do Ministério da Economia e Finanças da Bolívia. Disponível em: <https://www.economiayfinanzas.gob.bo/memorias-de-la-economia-boliviana/>. Acesso em 19 mar. 2023.

³⁷ Dados retirados do sítio <https://oec.world/>. Acesso em 19 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

avasallamiento da terra, assim como a disputa entre mineradoras, narcotraficantes e os *avasalladores*.³⁸

Outro conflito socioambiental está ligado à extração do ouro e sua mineração ilegal na região. Durante a pandemia, houve um aumento da demanda por ouro, o que aumentou os incentivos à sua extração.³⁹ No entanto, essa prática contribuiu para o aumento de desmatamentos e de perdas de ecossistemas, o que pressionou a região Amazônica, onde a mineração cobre aproximadamente 1,28 milhões de quilômetros quadrados e a ocupação das terras indígenas alcança os 20%, de acordo com dados do jornal Mongabay Latam.⁴⁰

Frente aos debates atuais sobre transição energética e diminuição da dependência de combustíveis fósseis, um minério em particular chamou atenção dos principais atores políticos: o lítio. Atestando sua riqueza mineral, a Bolívia é lar da maior reserva de lítio do mundo, concentrada na região do Salar de Uyuni⁴¹. Não obstante, sua extração, como qualquer atividade mineradora, gera impactos socioambientais decorrentes da utilização de substâncias químicas tóxicas, salinização do solo e da água, além da contaminação do ar. Tudo isso se configura em perdas da biodiversidade e desequilíbrios hidrológicos na região. O lítio está no topo das disputas internacionais, uma vez que é componente básico para desenvolver baterias de dispositivos eletrônicos. Com isso, as empresas adentram o jogo político somando-se ao Estado que, desde 2007, mantém controle da cadeia produtiva desse minério (FORNILLO, 2018).

O maior controle do Estado se dá via Constituição, que concede aos recursos evaporíticos, caso do lítio, o *status* de recursos estratégicos e não de *commodity*; assim, é reservada ao Estado sua exploração, comercialização e uso (FORNILLO, 2018). Entretanto, essa região é povoada por comunidades

³⁸ Disponível em: <https://es.mongabay.com/2021/10/bolivia-gran-marcha-indigena-territorio-invasiones/>. Acesso em 23 mar. 2023.

³⁹ Disponível em: <https://es.mongabay.com/2020/11/en-video-cuales-son-las-consecuencias-de-la-mineria-ilegal-de-oro-mongabayexplica/>. Acesso em 23 mar. 2023.

⁴⁰ Disponível em: <https://es.mongabay.com/2020/10/mineria-pueblos-indigenas-amazonia/>. Acesso em 23 mar. 2023.

⁴¹ Disponível em: <https://www.eabolivia.com/mineria-en-bolivia.html#:~:text=Entre%20las%20riquezas%20mineras%20de,l,%2C%20antimonio%2C%20zinc%2C%20etc.> Acesso em 25 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs
indígenas, especialmente por Atacameños, Kollas, Lickanatay e Quechuas, historicamente marginalizados pelas políticas públicas e que agora se encontram em meio à disputa (DORN, 2019). De acordo com Gregor (2013), a região de Uyuni acumula anos de desatenção estatal, além de ser uma das regiões mais pobres e com menor infraestrutura do departamento de Potosí.

Diante de tal conflito, os atores encontram-se cada vez mais divididos: de um lado, os mineiros, que veem uma esperança de mais empregos e desenvolvimento da região e, de outro, os povos indígenas e originários, cujo território continua a ser violado (FORNILLO, 2018). A pandemia da Covid-19 acentuou as disputas regionais já em andamento entre os mineiros e os povos indígenas, assim como impactou negativamente a economia do país, o que também refletiu no debate sobre a mudança na matriz energética. Em 2020, o tema ganhou centralidade por conta da fala de Elon Musk, CEO da Tesla, grande empresa de carros elétricos, que publicou em seu *twitter* “vamos dar um golpe em quem quisermos”, fazendo referência ao golpe que Evo Morales sofreu em 2019 (GIOVANAZ, 2020).

Nesse ínterim, o governo abriu a exploração de lítio para empresas estrangeiras devido aos altos custos desse processo e como forma de ampliar os investimentos.⁴² As empresas mais cotadas para ganhar as licitações eram empresas alemãs, chinesas e russas. Apesar da profunda contradição, o governo provisório de Añez tentou frear as negociações enquanto esteve no poder, mas estas foram retomadas no governo Arce. Nesta equação, os povos indígenas são os atores mais impactados, principalmente nos departamentos de Potosí e Oruro, onde são apartados de decisões importantes sobre seu território.⁴³

Em suma, notamos a complexidade do tema e dos atores: por um lado temos o governo, parte central do conflito, uma vez que o lítio é constitucionalmente um recurso nacionalizado pelo Estado, e governantes dos departamentos, já que pela Constituição eles também têm direitos sobre tais recursos; de outro, os mineradores e povos indígenas, disputando e pleiteando

⁴² Disponível em: https://www.eldebate.com/internacional/20221029/empresas-chinas-rusas-dominan-carrera-explota-litio-bolivia_67481.html. Acesso 26 mar. 2023.

⁴³ Disponível em: <https://es.mongabay.com/2019/04/litio-chile-argentina-bolivia/>. Acesso 26 mar. 2023.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

espaço nessa dinâmica, seja reivindicado mais acessos e deliberações para extração, seja marchando para chamar atenção para as violações que ocorrem nas terras indígenas e as consequências que isso traz para os moradores e a falta de atenção dada para esses povos.

Considerações finais

A partir de 2014, tem sido possível observar um aprofundamento dos padrões extrativistas adotados pelo governo boliviano. No entanto, quais os impactos de uma crise sanitária em um país estruturalmente atravessado por confrontos sociais e ambientais? Quem tem se mobilizado em questões socioambientais, pedindo o que e como? Neste texto, à luz das discussões contemporâneas sobre ecologia política, buscamos responder a essas perguntas olhando para três dos conflitos socioambientais mais importantes da Bolívia contemporânea: a disputa ao redor da construção de uma estrada no TIPNIS, a construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos de Chepete e el Bala e seus impactos socioambientais e a contínua exploração de lítio.

Pudemos observar que, mesmo com a crise política e as instáveis trocas de governo, salvo pequenas mudanças, há a manutenção de um mesmo padrão de políticas extrativistas e de expansão infraestrutural rodoviária, mineradora e energética. Com relação às demandas feitas pela população, pode-se ver que seguem usando o repertório do ciclo político anterior à pandemia, como as marchas, os *paros* e os trancamentos de estrada, aglutinando-os com o ciberativismo. No entanto, uma prática parece ter se sobressaído: a disputa para que as próprias organizações tenham autonomia com relação ao governo plurinacional, materializada, por exemplo, nas figuras dos corregedores e em organizações locais (centrais, subcentrais, assembleias locais etc.) e, muitas vezes, paralelas às instituições governamentais. Por serem questões majoritariamente indígenas, pode-se discutir que estão em pauta as diferentes formas de implementação, de fato, da plurinacionalidade.

A disputa segue centrada no território – majoritariamente em sua defesa – e na demanda por autonomia política e social para as populações, sobretudo indígenas. Se inserida no contexto político mais amplo da Bolívia,

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

esta reflexão pode nos propor que não apenas terra, território e autonomia estão em disputa, mas os próprios sentidos e conceitos de soberania, em suas diversas formas, seja no campo socioambiental ou não. Fica claro que o Estado Plurinacional, com toda a esperança que trouxe consigo quando fundado em 2009, ainda não conseguiu resolver os dilemas políticos sobre qual é a sua soberania.

Referências

ACHTENBERG, Emily. Growing Resistance to Megadams in Bolivia. *Rebel Currents*. **Nacla**. 14 fev. 2017. Disponível em: <https://nacla.org/blog/2017/02/20/growing-resistance-megadams-bolivia>. Acesso em 15 mar. 2023.

AGUILAR, Wilson. Cocaleros e interculturales tras una dirección y control de tierras. **Los Tiempos**. 11 jul. 2021. Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210711/cocaleros-e-interculturales-direccion-control-tierras>. Acesso em: 30 mar. 2023

ALIPAZ, Ruth. “Estamos en guerra, nos la han declarado a los pueblos indígenas”: Ruth Alipaz, lideresa uchupiamona. Entrevista a Astrid Arellano. **Mongabay**, 16 fev. 2022.

ALTO, Hervé do. Cuando el nacionalismo se pone el poncho. In: STEFANONI, Pablo; SVAMPA, Maristella. **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

ATKINS, Ed; HOPE, Jessica C. Contemporary political ecologies of hydropower: insights from Bolivia and Brazil. **Journal of Political Ecology**. v. 28, n. 1, p. 246–265, 2021.

BOLÍVIA. **Memoria de la Economía Boliviana 2020**. La Paz: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, 2020. Disponível em: <https://www.economiayfinanzas.gob.bo/memoria-de-la-economia-boliviana-2020.html>.

BRAND, Ulrich.; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. Editora Elefante. 2021.

CLOSS, Marília. Mais uma vez, marchas em disputa: as mobilizações sociais na Bolívia. In: OMSAL (org.). **Comunica América Latina VII**. Rio de Janeiro, RJ: NETSAL, 2021. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2022/02/Comunica-AL-7.pdf>. Acesso em 20 mar. 2023.

DELGADO, Ana Carolina. The TIPNIS Conflict in Bolivia. **Contexto Internacional**, v.39, n.2, 2017.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

DORN, Felix. Electro-movilidad y el triángulo del litio (Argentina, Bolivia, Chile): tendencias globales en el marco del cambio climático. **Boletín de Estudios Geográficos**. n. 112, p. 115–130, 2019.

ELWELL, Jonathan. Development and duplicity: The case of Chepete and El Bala dams. **The Ecologist**, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://theecologist.org/2018/aug/17/development-and-duplicity-case-chepete-and-el-bala-dams-jonathan-elwell-investigates>. Acesso em: 27 mar. 2023.

FORNILLO, Bruno. La energía del litio en Argentina y Bolivia: comunidad, extractivismo y posdesarrollo. **Colombia Internacional**. v.93, p.179-201. 2018.

GIOVANAZ, Daniel. Disputa pelo lítio se acirra e escancara diferença entre candidatos na Bolívia. **Brasil de Fato**, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/23/disputa-pelo-litio-se-acirra-e-escancara-diferenca-entre-candidatos-na-bolivia>. Acesso em 23 mar. 2023.

GONZÁLES, Gustavo Jiménez. Madidi: dragas acechan uno de los parques más biodiversos del mundo. **Series Mongabay: Especial**. Bolívia. 14 maio 2020. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2020/05/bolivia-dragas-en-el-parque-madidi/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GREGOR, Juliana Strobele. El proyecto estatal del litio en Bolivia. Expectativas, desafíos y dilemas. **Nueva Sociedad**. n. 244, 2013.

HORNER, Kate. El Bala Hydroelectric Project on the Table Again. **International Rivers**, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://archive.internationalrivers.org/blogs/734/el-bala-hydroelectric-project-on-the-table-again>. Acesso em: 27 mar. 2023.

INDÍGENAS DE CHEPETE-EL BALA denuncian incursión de técnicos de ENDE sin consentimiento. **El Diario**, 22 jan. 2020. Disponível em: <https://www.pub.eldiario.net/movil/index.php?n=85&a=2020&m=01&d=22>. Acesso em 10 mar. 2023.

MCI-RBTQ - Mancomunidad Indígena Ríos Beni-Tuichi-Quiquibey. **Facebook**, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/MancomunidadIndigenaRiosBeniTuchiQuiquibey/posts/pfbid02MNtHHrYUczf8Dmk2VN37wfU1Y4v5UwCYcxa5FxbP7iggHMzhenujBuzEavorNGeJl>. Acesso em 25 mar. 2023.

NICODEMOS, Ghaio; CLOSS, Marília. Incêndios na Amazônia: uma comparação das posições e dos conflitos no Brasil e na Bolívia. **Boletim OPSA**, v. 1, n.3, 2019.

OLIVEIRA, Raul Nunes. O campo ciberativista no Brasil: atores, práticas e gramáticas em disputa no ciberespaço (1995-2018). Tese (Doutorado em Sociologia) IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2022.

Território, autonomia, soberania e extrativismo: panorama de conflitos socioambientais na Bolívia durante a pandemia a partir dos casos do tipnis, chepete-el bala e da extração de lítio | Alyssa Trotte, Deborah Lopes & Marília Closs

PRAELI, Yvette Sierra. Los desafíos socioambientales de Bolivia en el 2021. **Mongabay**, 21 jan. 2021.

RADHUBER, Isabella Margerita; CHAVEZ, Marxa.; ANDREUCCI, Diego. Expansión extractivista, resistencia comunitaria y 'despojo político' en Bolivia. **Journal of Political Ecology**, v. 28, n. 1, p. 205-223, 2021. <https://doi.org/10.2458/jpe.2360>

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SCHAVELSON, Salvador. El conflicto del TIPNIS y los derechos plurinacionales en Bolivia. **Teoria e Cultura**, v.6, n.1, 2011.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante. 2019.

TAMAYO, Ivan Paredes. Pueblos indígenas de Bolivia, en alerta por hidroeléctricas en Chepete y El Bala. **Mongabay**, 17 set. 2021. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2021/09/bolivia-pueblos-indigenas-hidroelectricas-chepete-el-bala/>. Acesso em 25 mar. 2023.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

VINCENTI, Silvana. Indigenas cuestionan mal uso de consulta previa para proyectos Chepete y El Bala. **El Deber**, 27 ago. 2021. Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/indigenas-cuestionan-mal-uso-de-consulta-previa-para-proyectos-chepete-y-el-bala_244805. Acesso em 10 mar. 2023.